

***Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo:
a história de uma edição***

Luiz Augusto Campos

Luiz Augusto Campos

é professor de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

E-mail: lascampos@iesp.uerj.br

A disponibilização em formato digital da primeira edição de *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (Bastide e Fernandes, 1955) é de inestimável valor para as ciências sociais brasileiras em geral e para os estudos da questão racial no país, em particular. Publicada em um momento-chave do processo de institucionalização de uma rede acadêmico-disciplinar no âmbito da sociologia brasileira, a obra colocou em circulação novas interpretações sobre o lugar do preconceito racial no Brasil. Embora o livro tenha sido reeditado outras três vezes (1959, 1971 e 2008), essa primeira edição possui particularidades que se perderam nas demais e que refletem o contexto acadêmico em que a obra foi originalmente publicada, mormente a história do chamado “Projeto UNESCO”, do qual o livro faz parte.

No início da década de 1950, o recém fundado departamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) financiou uma ampla pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. Apesar de a investigação se restringir a um país específico, as ambições que a motivaram eram globais. Grosso modo, o Projeto UNESCO pretendia compreender os padrões de integração e assimilação de grupos raciais distintos no Brasil para, a partir disso, propor soluções para os conflitos interétnicos que emergiam no mundo de então, mormente aqueles presentes nos sistemas de segregação legal existentes nos Estados Unidos (Jim Crow) e África do Sul (Apartheid) (MAIO, 1999a). Vale lembrar que a interpretação dominante na ONU desse momento era de que as duas grandes guerras mundiais haviam sido precipitadas por animosidades raciais, cujo holocausto fora o ápice, e que novos conflitos dessa natureza só seriam evitados caso uma nova ciência antirracista fornecesse as bases de uma pedagogia global contra a discriminação (MAIO, 1998).

É nesse contexto atravessado por tensões étnicas que o Brasil desponta como principal exemplo de uma suposta integração harmônica entre raças. Essa interpretação havia sido disseminada na Europa e nos EUA sobretudo após o sucesso internacional da obra de Gilberto Freyre, a partir dos anos 1940, e de sua recepção por parte de importantes sociólogos como Robert Park e Donald Pierson. O próprio Freyre fora convidado para ser o primeiro diretor do setor de Ciências Sociais da UNESCO, mas recusou o convite (MAIO, 1999b). Em seu lugar, assumiu Arthur Ramos, psiquiatra e cientista social brasileiro e próximo de Freyre, que viria a ser o idealizador do Projeto UNESCO. Contudo, a morte de Ramos menos de um ano após assumir o posto fez com que o antropólogo suíço Alfred Métraux assumisse a tarefa de organizar o projeto no Brasil.

O Projeto UNESCO marcou a história das ciências sociais brasileiras especialmente ao acelerar a institucionalização desse campo no país e contribuir sobremaneira para sua internacionalização. No fim da década de 1940, o Brasil já contava com algumas faculdades e centros de pesquisa em ciências sociais (a Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a Faculdade Nacional de Filosofia e História no Rio de Janeiro,

a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, o Instituto Joaquim Nabuco em Pernambuco etc.). Contudo, a interlocução dos acadêmicos dessas instituições era restrita, bem como os projetos de cooperação interinstitucional. Ao financiar pesquisas em quase todas as regiões do país e recrutar sociólogos estrangeiros e brasileiros de diversas instituições, o Projeto UNESCO acelerou o processo de formação de um campo acadêmico de amplitude nacional e com estreitas conexões internacionais.

É possível dividir o Projeto UNESCO em duas frentes dominantes. A primeira se inicia em 1950, quando Métraux convida célebres cientistas sociais estadunidenses e alguns brasileiros para investigar os padrões de relações raciais tradicionais do Brasil. Essa fase teve como principais lideranças Charles Wagley e Thales de Azevedo e produziu vários estudos de comunidade que combinavam técnicas de pesquisa diversas (observação participante, entrevista em profundidade, *surveys* etc.) com o objetivo de compreender as relações intergrupais em povoados quase sempre pequenos, relativamente isolados e eminentemente rurais¹. A característica marcante dessa frente é o endosso ao discurso da democracia racial, isto é, à ideia de que inexistia discriminação racial no Brasil, mas apenas preconceitos de cor residuais e que se confundiam com preconceitos de classe. A principal publicação dessa primeira fase foi *Race and Class in Rural Brazil: a UNESCO study* (WAGLEY, 1951).

A segunda frente dominante do Projeto UNESCO² se distingue da primeira por questões teóricas, metodológicas e ontológicas. Ainda durante o período de formulação do projeto, o sociólogo Luiz Aguiar Costa Pinto, ex-aluno e amigo pessoal de Arthur Ramos, manifestou a Métraux sua insatisfação em relação ao tipo de estudo privilegiado pelo grupo que viria ser liderado por Wagley (MAIO, 1998). Costa Pinto via os estudos de comunidade como excessivamente impressionistas, localizados e focados em um Brasil arcaico que, segundo ele, estava em vias de desaparecer (MAIO, 1999a). Contra essa abordagem, ele defendia que o Projeto abrangesse também pesquisas sobre o Brasil que se industrializava e urbanizava, como então ocorria nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em resposta a essas sugestões, Métraux incluiu no escopo do Projeto as duas maiores cidades do país, escolhendo Costa Pinto como diretor das pesquisas no Rio de Janeiro e Roger Bastide como coordenador dos estudos em São Paulo. Posteriormente, Bastide convidou Florestan Fernandes, seu ex-aluno e assistente na cátedra de Sociologia da USP, para compartilhar a coordenação do projeto.

A edição de 1955 de *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* é fruto da bateria de estudos dessa segunda fase do Projeto UNESCO. Assim como as obras de Costa Pinto e Guerreiro Ramos, o livro editado por Bastide e Fernandes marcou a história dos estudos sobre relações raciais no Brasil por colher evidências robustas da existência de preconceito e discriminação raciais aqui. Ademais, a obra foi fruto de uma íntima e intensa interlocução de seus organizadores com intelectuais e militantes negros, ora tratados como fontes de informações, ora como co-intérpretes dos dados (BASTIDE e FERNANDES, 1955).

O sumário original da obra indica nove capítulos, precedidos de um prefácio do mecenas e co-financiador da pesquisa, Paulo Duarte, seguido de uma introdução de Roger Bastide. O primeiro e o segundo capítulos foram escritos por Florestan Fernandes e versam sobre a história da transição da escravidão para a sociedade competitiva e a interação entre cor e estrutura social no Brasil em industrialização, respectivamente. O terceiro e o quarto

capítulos são assinados por Roger Bastide, e se debruçam sobre as manifestações e efeitos do preconceito de cor em diferentes esferas da sociabilidade dos negros.

Florestan retorna no quinto capítulo com um texto sobre as associações de homens negros surgidas no início do século. O sexto capítulo contém o relatório da pesquisa organizada por Virginia Bicudo, então professora de psicologia social na Escola Livre de Sociologia e Política, sobre preferências raciais dentre colegiais de diferentes grupos raciais. O sétimo capítulo traz os resultados da investigação feita por Aniela Ginsberg, também professora de psicologia social, sobre as atitudes raciais de crianças submetidas a uma série de experimentos psicossociais. O oitavo capítulo é assinado por Oracy Nogueira, sociólogo formado pela Escola Livre de Sociologia e Política, e trata das relações raciais no município de Itapetininga. O nono e último capítulo indicado no sumário faz referência ao posteriormente célebre texto de Nogueira, *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*, mas não chegou a ser publicado na versão publicada da obra, erro de edição que provavelmente refletiu a pressa com que o livro teve de ser impresso para atender os prazos impostos pela UNESCO (FERNANDES, 1959).

Apesar dessa composição plural, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* entrou para a história da sociologia graças à tese desenvolvida por Fernandes e Bastide, segundo a qual a integração do negro à sociedade de classes teria sido parcial por conta de seu despreparo para o trabalho capitalista e da desleal competição com os imigrantes europeus que chegaram ao país pouco tempo depois da abolição. Para ambos, o trabalho escravo teria privado os negros das competências intelectuais e morais demandadas por uma sociedade de classes, impedindo que eles competissem em pé-de-igualdade com a mão-de-obra livre que já existia aqui e, sobretudo, com a mão-de-obra imigrante. Nos termos de Fernandes: “A escravidão degradara a tal ponto o seu agente humano de trabalho que tornara sua recuperação econômica extremamente penosa, difícil e demorada” (FERNANDES, 1955, p. 52). Ademais, o subdesenvolvimento do capitalismo brasileiro teria permitido que o preconceito racial, encarado por Fernandes e Bastide como uma ideologia própria das sociedades escravistas, sobrevivesse anacronicamente na nossa ordem competitiva.

Essas conclusões foram postas em cheque pelos trabalhos de Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1978), publicados no fim da década 1970, que contestaram a premissa de que o preconceito racial seria um tipo de arcaísmo histórico, estranho ao capitalismo, e a ideia de que os imigrantes do fim do século XIX possuíam competências laborais tão diferentes daquelas dos negros que aqui estavam. Hasenbalg e Valle Silva também diagnosticaram as diferentes taxas de mobilidade social entre brancos e não-brancos, mesmo dentro de uma mesma classe, o que eles enxergam como efeitos da persistência de práticas discriminatórias. De todo modo, a tese fundamental contida no livro foi hegemônica na sociologia brasileira até essas críticas e ainda possui alguns adeptos hoje em dia³, o que denota sua importância no campo.

Mas a disponibilização da primeira edição de *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* não importa apenas pelo impacto do texto na história dos estudos sobre relações raciais no Brasil. Trata-se, também, de uma obra que pode nos ajudar a elucidar aspectos ainda turvos da história da própria sociologia brasileira. Isso porque todas as demais reedições da obra, republicadas a partir de 1959, trouxeram apenas as contribuições de Bastide e Fernandes, suprimindo, portanto, os capítulos de Virginia Bicudo, Aniela Ginsberg e Oracy Nogueira. Sendo assim, o leitor que hoje comprar uma das edições posteriores do livro só terá acesso a uma versão incompleta da obra que influenciou tantas discussões sobre a questão racial entre as décadas de 1950 e 1980.

É difícil determinar as razões que levaram à publicação fraturada do livro. Mas uma justificativa implícita para tal exclusão pode ser deduzida do prefácio escrito para a segunda edição da obra por Florestan Fernandes (1959)⁴. O prefácio diz que Florestan e Bastide já planejavam uma pesquisa sobre a questão racial em São Paulo, a ser financiada pela própria USP, quando Métraux convidou o segundo para coordenar o Projeto UNESCO em São Paulo. Os dois projetos de pesquisa foram fundidos, o que permitiu contornar os problemas na obtenção de financiamento junto à universidade, mas demandou a composição de uma rede maior de pesquisadores. Seria essa a explicação para a inclusão no relatório das monografias de Bicudo, Ginsberg e Nogueira. Logo, no prefácio à edição de 1959, Fernandes reinterpreta a edição de 1955 como a junção de duas frentes de pesquisa distintas, reunidas em um só relatório por uma questão de conveniência prática.

Outro elemento importante do prefácio da segunda edição é a tentativa de apresentar as contribuições de Bicudo, Ginsberg e Nogueira como qualitativamente distintas daquela de Bastide e Fernandes. Para Fernandes, enquanto ele e Bastide planejavam formular uma interpretação ampla das relações raciais em São Paulo e no Brasil, as monografias excluídas da segunda edição pretendiam contribuir com evidências empíricas mais localizadas (FERNANDES, 1959). Essa interpretação demarca uma suposta divisão do trabalho sociológico existente no grupo, na qual caberia a Bicudo, Ginsberg e Nogueira a mera complementação empírica de uma tese maior sobre o tema, a ser formulada por Fernandes e Bastide. Contudo, essa síntese holista teria sido abortada na edição de 1955 pela “rigidez revelada pela UNESCO na exigência do cumprimento de prazos cuja dilatação nós não havíamos provocado” (FERNANDES, 1959), e só retomada em um último capítulo, adicionado na segunda edição do livro.

Portanto, o prefácio de Fernandes dá a entender que os textos de Bicudo, Ginsberg e Nogueira foram excluídos porque representavam esforços parciais de compreensão das relações raciais, necessários em uma primeira etapa da pesquisa, mas dispensáveis no momento final de enunciação da grande síntese teórica pretendida por ele e Bastide. Essa justificativa é, entretanto, limitada. Primeiro, os três capítulos excluídos não se resumiam a meros relatórios descritivos de pesquisa, já contendo sínteses originais sobre o tema. Segundo, ao menos alguns dos três autores já possuíam notoriedade acadêmica quando da publicação do livro, estando bem distantes da condição de pesquisadores auxiliares. Terceiro, e talvez mais importante, ao menos Bicudo e Nogueira já haviam escrito textos em que asseveravam a existência de preconceito racial no Brasil, mesmo antes das teses de Fernandes e Bastide.

Virginia Bicudo, por exemplo, já era professora na Escola Livre de Sociologia e Política e uma referência no campo antes mesmo do Projeto UNESCO. Sua dissertação de mestrado, a primeira sobre relações raciais defendida no Brasil, tratava de uma das primeiras organizações do movimento negro brasileiro e é inúmeras vezes citada no capítulo de Fernandes sobre a militância negra em São Paulo. Já o capítulo da edição de 1955 redigido por ela havia sido parcialmente publicado na prestigiosa revista *Anhembi* em 1953. Nele, Bicudo trata de uma pesquisa com mais de quatro mil jovens estudantes paulistas e sobre como eles tendiam a preferir colegas brancos em detrimento de colegas de cor. Em todas essas publicações anteriores ao relatório final da UNESCO, Bicudo já declarava existir preconceito racial no Brasil, algo que contrariava as conclusões de seus principais interlocutores, incluindo aqui Donald Pierson, seu orientador. Provavelmente, o fato de ela própria ser negra tenha sido um importante elemento na formulação desse diagnóstico (GOMES, 2013, p. 152-3).

Já o capítulo de Aniela Ginsberg, psicóloga polonesa radicada no Brasil, reporta os resultados de um experimento psicossocial em que crianças eram instadas a escolher as roupas mais próprias para bonecas de cores diversas e manifestar suas opiniões sobre algumas imagens em que negros eram representados em situações de isolamento social. Esse estudo empregava, portanto, uma metodologia inédita no país, tendo como referência o que havia de mais atual na psicologia social estadunidense da época. Como em Bicudo, o diagnóstico não podia ser mais evidente em relação à existência de preferências raciais já na primeira infância dos alunos:

Todos os examinados de todas as cores e meios sociais mostram em nossos resultados, marcada preferência pelos brancos. A maioria das crianças brancas mostra atitude amigável com os pretos dando-lhes portanto um lugar secundário e atribuindo-lhes, com bastante frequência, papel social inferior. Não achamos diferença significativa alguma entre as crianças de idade e sexo diferente. As crianças de meio burguês e os filhos de operários que moram em bairro misto têm uma atitude menos favorável com os negros que os filhos de operários que moram em bairro quase inteiramente branco. Os mulatos dão respostas muito semelhantes aos brancos. Todas as crianças de cor conservam o ideal branco mas, raramente dão aos negros papel inferior (GINSBERG, 1955, p. 340).

Do trio excluído das reedições *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, Oracy Nogueira é provavelmente o mais influente nos estudos posteriores sobre o tema. Antônio Sergio Guimarães (1999) não exagera ao chamar de “pérola sociológica” o opúsculo de Nogueira *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*, prometido no índice, mas não publicado da edição de 1955. Trata-se da primeira comparação sistemática entre o preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos, país em que a ascendência familiar teria maior peso na semântica da discriminação, diferentemente do Brasil, onde a aparência assumiria uma importância relativamente maior. Essa distinção é fruto das reflexões anteriores do autor sobre as relações raciais em Itapetininga, estudo feito para sua dissertação de mestrado e parcialmente publicado na edição de 1955. Apesar do reconhecimento quase imediato do valor de seu trabalho, Oracy teve uma trajetória profissional acidentada na sociologia (Cavalcanti, 1995), o que também pode ter influenciado sua exclusão da obra. Outro fator a ser considerado são as críticas posteriores de Fernandes ao tipo de análise comparativa feita por ele (BASTOS, 2015: 35).

Todos esses dados da história editorial de *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* nos levam a relativizar o pioneirismo das teses de Fernandes sobre a existência de preconceito racial no Brasil, bem como sua qualificação das contribuições de Bicudo, Ginsberg e Nogueira como monografias parciais, focais e assintéticas. Consequentemente, a iniciativa da *Revista de Estudos Políticos* em disponibilizar ao grande público o fac-símile dessa primeira edição pode ajudar futuros pesquisadores da questão racial brasileira e da história de nossas ciências sociais a recontar a trajetória de determinados acadêmicos, de seus paradigmas teóricos, propostas metodológicas e conclusões de pesquisa.

Cite este artigo

CAMPOS, Luiz Augusto. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo: a história de uma edição*. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e) anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol.6, N.2, pp. 620 – 627, setembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

626

1. Participaram também dessa frente Marvin Harris, Bem Zimmerman e Harry Hutchinson.
2. Após a intervenção direta de Gilberto Freyre junto à UNESCO, abriu-se uma terceira frente no projeto, focada nas expressões religiosas sincréticas afro-brasileiras e sediada em Pernambuco, cujas investigações foram coordenadas por René Ribeiro (Maio, 1999b).
3. Para um exemplo de como as teses de Fernandes ainda reverberam em produções contemporâneas, cf. Souza (2005).
4. Para além da supressão dos três capítulos mencionados, a segunda edição da obra possui poucas modificações em relação à primeira. Afora modificações ortográficas menores, o título do livro foi alterado para Negros e Brancos em São Paulo e dois capítulos finais adicionados, um com o projeto que orientou a pesquisa e outro com as conclusões mais gerais da pesquisa.

Referências bibliográficas

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan, eds. (1955), *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: UNESCO/Anhembi.
- BASTOS, Elide Rugai. (2015), "Sessenta anos da publicação de um relatório exemplar". *Sinais Sociais*, 10, 28: 29-54.
- CAVALCANTI, Maria Laura (1995), "Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2, 2: 119-134.
- FERNANDES, Florestan. (1955), "Do Escravo ao Cidadão", in Bastide, Roger e Fernandes, Florestan (org), *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: UNESCO/Anhembi, pp. 16-67.
- . (1959), "Prefácio da segunda edição", in Bastide, Roger e Fernandes, Florestan (org), *Brancos e Negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GOMES, Janaína. (2013), Os Segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Campinas.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. (1999), "Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, 41: 169-171.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- MAIO, Marcos Chor. (1998), "O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 5, 2: 375-413.
- . (1999a), "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, 41: 141-158.

———. (1999b), “Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO”. *Tempo Social*, 11, 1: 111-136. 627

SILVA, Nelson do Valle. (1978), Black-white income differentials in Brazil, 1960. Doutorado, Sociologia, Universidade de Michigan, Michigan.

SOUZA, Jessé. (2005), “Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*: 43-69.

WAGLEY, Charles, ed. (1951), *Race and Class in Rural Brazil*. Wormerveer: UNESCO.